

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Dezembro/2016

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO****Concurso Público para provimento de cargos e formação de Cadastro Reserva****Analista Judiciário
Área Administrativa**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação****INSTRUÇÕES**

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

O diálogo construtivo é a base para a resolução de conflitos.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Dissertativa-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Redação, a tinta, no caderno apropriado.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) no caderno correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Leia o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 4.

Zé de Julião, muito além do cangaço

*Em 1977 estava em Sergipe para realizar um episódio do **Globo Repórter**; adentrei os sertões e cheguei a Poço Redondo. A pequenez da cidade contrastava com a riqueza cultural e a hospitalidade dos seus moradores. A alegria do encontro com sua gente guardava outras surpresas. Poço Redondo é o epicentro simbólico da história do cangaço. Aí morreram Lampião e Maria Bonita, e muitos outros. Aí conheci o escritor e historiador de sua gente, meu saudoso amigo Alcino Alves Costa. E foi dele que ouvi oralmente a história de Zé de Julião.*

Nesse momento, o cangaço deixou de ser um coletivo para mim e passei a ver nele a dimensão dos seus integrantes como pessoas reais em suas individualidades, grandezas e misérias. Foi aí também que nos prometemos, eu e Alcino, a realizar um filme sobre a extraordinária vida daquele homem, que de alguma forma une os dois grandes símbolos da cultura brasileira: o cangaço e Brasília. O cangaço, representativo da insubmissão violenta à opressão, e Brasília, esse marco da grande utopia de uma nação democrática, justa para todos, e pela qual continuamos a lutar.

Aconteceu; e não foi só um filme, são dois. Em 2012, realizei o ficção “Aos ventos que virão”. Hoje entrego ao povo sergipano o “Zé de Julião, muito além do cangaço”, documentário que busca contar a vida desse homem de caminhos com tantas alegrias, tragédias e símbolos.

(Adaptado de: PENNA, Hermano. Disponível em: <http://expressaosergipana.com.br>)

1. A partir da leitura do texto, conclui-se corretamente que
 - (A) “Aos ventos que virão” e “Zé de Julião, muito além do cangaço” são documentários produzidos por Hermano Penna, com o auxílio de Alcino Alves Costa, visando preservar a memória dos cangaceiros que passaram por Poço Redondo em seu trajeto rumo a Brasília.
 - (B) a hospitalidade dos moradores de Poço Redondo fez com que Hermano Penna se interessasse pela história do local, que guarda uma série de registros de cangaceiros e políticos chegados de Brasília para acalentar o sonho de prosperidade na capital do país.
 - (C) os filmes de Hermano Penna são fruto de um encontro feliz com o povo de Poço Redondo, que lhe permitiu focar o cangaço não como um fenômeno coletivo simplesmente, mas como um movimento composto por seres complexos e com histórias individuais.
 - (D) Hermano Penna chegou a Poço Redondo com o propósito de realizar um documentário sobre Lampião e Maria Bonita, mas, por meio do relato oral de seu amigo Alcino Alves Costa, descobriu que lá havia um cangaceiro mais célebre, chamado Zé de Julião.
 - (E) o material colhido por Hermano Penna acerca do cangaço em Poço Redondo foi tão vasto que o diretor decidiu distribuí-lo em dois filmes: “Aos ventos que virão” e “Zé de Julião, muito além do cangaço”, sendo este último continuação direta do primeiro.
2. Um segmento do texto encontra seu sentido expresso em outros termos em:
 - (A) *extraordinária vida daquele homem* (2º parágrafo) / excepcional existência daquele indivíduo
 - (B) *dois grandes símbolos da cultura* (2º parágrafo) / dois principais pilares da nação
 - (C) *insubmissão violenta à opressão* (2º parágrafo) / insubordinação determinante à hierarquia
 - (D) *utopia de uma nação democrática* (2º parágrafo) / ideal de um estado revolucionário
 - (E) *epicentro simbólico da história* (1º parágrafo) / convergência analógica da narrativa
3. *Aí conheci o escritor e historiador de sua gente, meu saudoso amigo Alcino Alves Costa. E foi dele que ouvi oralmente a história de Zé de Julião.* (1º parágrafo)

Considerando-se a norma-padrão da língua, ao reescrever-se o trecho acima em um único período, o segmento destacado deverá ser antecedido de vírgula e substituído por

 - (A) perante ao qual
 - (B) de cujo
 - (C) o qual
 - (D) frente à quem
 - (E) de quem



4. Estabelece relação de finalidade, no contexto, o vocábulo sublinhado em:
- (A) a dimensão dos seus integrantes **como** pessoas reais (2º parágrafo).
 - (B) E foi dele **que** ouvi oralmente a história de Zé de Julião (1º parágrafo).
 - (C) o cangaço deixou de ser um coletivo para mim **e** passei a ver nele (2º parágrafo).
 - (D) Em 1977 estava em Sergipe **para** realizar um episódio (1º parágrafo).
 - (E) um filme **sobre** a extraordinária vida daquele homem (2º parágrafo).
-
5. Está escrita em conformidade com a norma-padrão da língua a frase:
- (A) Os caminhos de Zé de Julião, com alegrias, tragédias e símbolos, há de ser perpetuados nos dois filmes de Hermano Penna.
 - (B) Conforme as histórias de que o povo conta, os caminhos de Zé de Julião comporam-se de alegrias, tragédias e símbolos.
 - (C) Segundo depoimento do cineasta Hermano Penna, alegrias, tragédias e símbolos é que marcaram os caminhos de Zé de Julião.
 - (D) Fez-se de alegrias, tragédias e símbolos os caminhos de Zé de Julião, os quais se mantém vivos na memória de Poço Redondo.
 - (E) Os filmes de Hermano Penna deteram-se nos relatos sobre Zé de Julião, cujos caminhos se pintam de alegrias, tragédias e símbolos.
-

Atenção: Leia o texto abaixo para responder às questões de números 6 e 7.

Em junho de 2013, o Presidente Robert Mugabe, do Zimbábue, afirmou durante uma entrevista: “Nelson Mandela é santificado demais. Foi bom demais com os brancos à custa dos negros em seu próprio país”. Alguns concordaram, outros protestaram. Até certo ponto acredito que ele tenha levantado uma questão. Suas atitudes podiam ser percebidas dessa maneira. Ainda assim, em uma conversa com Richard Stengel, o próprio Madiba havia dito, muito tempo antes: “As pessoas sentirão que vejo demais o bem nas pessoas. Então, é uma crítica que tenho de suportar e à qual tento me ajustar, pois, seja isso verdade ou não, é algo que penso ser proveitoso. É uma coisa boa de assumir, agir com base no fato de que... os outros são homens de integridade e honra... porque você tende a atrair integridade e honra, se é dessa maneira que olha para aqueles com quem trabalha”.*

*um dos nomes pelos quais Nelson Mandela era chamado; refere-se a seu clã e denota afeto e respeito.

(Adaptado de: LA GRANGE, Zelda. **Bom dia, Sr. Mandela**. Trad. Felipe José Lindoso. Ribeirão Preto: Novo Conceito, 2015, p. 9)

6. Na opinião do Presidente Robert Mugabe, a santidade de Nelson Mandela
- (A) favoreceu os brancos e acabou trazendo consequências negativas aos negros.
 - (B) resultou em uma solução mais ágil e eficaz dos problemas relativos aos negros.
 - (C) serviu de inspiração para que os negros buscassem o diálogo com os brancos.
 - (D) permitiu que os negros tivessem acesso a condições de trabalho mais dignas.
 - (E) desencadeou uma revolução que libertou os negros da opressão pelos brancos.
-

7. ... o próprio Madiba havia dito, muito tempo antes...

A expressão destacada está corretamente substituída, preservando-se o tempo, o modo e o aspecto verbais, por

- (A) disse.
 - (B) dissera.
 - (C) dizia.
 - (D) diria.
 - (E) dissesse.
-

8. A frase redigida com clareza e conforme a norma-padrão da língua é
- (A) Partindo-se do pressuposto que o comportamento das demais pessoas com relação à nós mesmos, seja um reflexo de nossa postura para com elas, é válido devotá-las o melhor tratamento possível.
 - (B) Empenhar-se em reconhecer nas pessoas o que elas têm de melhor foi um dos mais valiosos ensinamentos que Mandela deixou àqueles que desejam ter um convívio pacífico com os demais.
 - (C) Uma vez que nossas ações se pautem, por integridade e honra, passamos à reivindicar que nos seja atribuído o mesmo tratamento; ainda que uma das consequências seja a frustração de não recebe-lo.
 - (D) Mandela reconheceu que poderia ser criticado devido à uma visão demasiada positiva das outras pessoas; mesmo consciente que ao assim fazê-lo, preservasse a coerência entre seus ideais e ações.
 - (E) Uma atitude contemporalizadora pode ser equivocadamente interpretada como exemplo de fraqueza, à medida que o comportamento combativo tem sido preconizado à obter resultados mais imediatos.
-



Atenção: Leia os versos abaixo para responder à questão de número 9.

O Gênio da Humanidade

<i>Sou eu quem assiste às lutas,</i>	<i>Ergo o braço, aceno aos ares,</i>
<i>Que dentro d'alma se dão,</i>	<i>E o céu se azulando vai;</i>
<i>Quem sonda todas as grutas</i>	<i>Estendo a mão sobre os mares,</i>
<i>Profundas do coração:</i>	<i>E os mares dizem: passai!...</i>
<i>Quis ver dos céus o segredo;</i>	<i>Satisfazendo ao anelo</i>
<i>Rebelde, sobre um rochedo</i>	<i>Do bom, do grande e do belo,</i>
<i>Cravado, fui Prometeu;</i>	<i>Todas as formas tomei:</i>
<i>Tive sede do infinito,</i>	<i>Com Homero fui poeta,</i>
<i>Gênio, feliz ou maldito,</i>	<i>Com Isaías profeta,</i>
<i>A Humanidade sou eu.</i>	<i>Com Alexandre fui rei.</i>
	<i>(...)</i>

(BARRETO, Tobias. Disponível em: www.escritas.org)

9. Considere as seguintes afirmações a respeito dos versos:

- I. O poema destaca, num tom grandiloquente, a forma totalizante como o homem expandiu seus domínios.
- II. Ênfase é dada ao espírito materialista do homem, cuja ambição desmedida é a causa da destruição da natureza.
- III. A citação de Homero, Isaías e Alexandre se dá em uma gradação que vai do menos ao mais importante, reproduzindo textualmente a evolução das habilidades humanas.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) II.
- (C) II e III.
- (D) I.
- (E) III.

10. A frase escrita de acordo com a norma-padrão da língua está em:

- (A) Tobias Barreto em 1864, matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife, aonde foi uma das figuras mais importantes do movimento intelectual conhecido como a Escola do Recife, tendo formado-se em 1869.
- (B) Tobias Barreto de Meneses nasceu em Campos, Sergipe, em 1839, filho de Pedro Barreto de Meneses, um dos escravos de órfãos e ausentes da localidade e Emerenciana de Meneses, morrendo no Recife, com cinquenta anos de idade.
- (C) Entre 1854 e 1865, Tobias Barreto pôs-se à trabalhar como professor particular de diversas matérias; prestou concurso para a cadeira de latim do Ginásio Pernambucano, no Recife, conquanto não conseguiu ser nomeado.
- (D) Em 1861, Tobias Barreto viajou a Bahia afim de seguir a carreira eclesiástica; não suportando, porém sua rígida disciplina e sem vocação firme, abandonou o seminário; tempos depois, mudou-se para Pernambuco.
- (E) Em 1851, Tobias Barreto foi levado à cidade de Estância para aprender latim; dedicou-se tanto aos estudos e teve tão bom desempenho que, em 1857, foi designado para a cadeira de latim da vila de Itabaiana.

Noções de Informática

11. Um Analista realizou a seguinte sequência de comandos em um navegador *web* em sua versão em português:

- clicou no botão Ferramentas e em Opções da Internet
- na guia Geral, em Home page, digitou <http://www.trt20.jus.br/>
- clicou em Aplicar e OK

O Analista

- (A) estava utilizando o Google Chrome e incluindo a *home page* digitada nos Favoritos.
- (B) estava utilizando o Mozilla Firefox e marcando a *home page* digitada como página confiável.
- (C) terá a *home page* digitada carregada automaticamente nas próximas vezes que abrir o navegador.
- (D) estava utilizando o Internet Explorer 11 e liberando a *home page* digitada da verificação do antivírus.
- (E) fará a *home page* digitada bloquear *cookies* automaticamente na próxima vez que abrir o navegador.



12. Considere as duas situações em que a proteção e a segurança da informação foram violadas:
- I. O número do CPF de um trabalhador foi alterado, deixando seu CPF inválido.
 - II. Um dado sigiloso de uma causa trabalhista foi acessado por uma pessoa não autorizada.

Nas situações I e II ocorreram, respectivamente, violação da

- (A) autenticação e da autorização das informações.
 - (B) confidencialidade e da integridade das informações.
 - (C) confidencialidade e da disponibilidade das informações.
 - (D) identificação e da autorização das informações.
 - (E) integridade e da confidencialidade das informações.
13. Um Analista deseja definir como padrão uma das impressoras disponíveis. Seu computador tem o sistema operacional Windows 7 em português instalado. Ele deve clicar no botão *Iniciar*, em *Painel de Controle* (configurado para o modo de exibição por ícones) e
- (A) em *Hardware e Sons*, clicar em *Dispositivos e Impressoras*. Ao surgirem as impressoras, clicar com o botão direito do *mouse* sobre a impressora desejada e selecionar *Definir como impressora padrão*.
 - (B) clicar em *Impressoras e Dispositivos*. Na janela que se abre clicar em *Adicionar Impressora*, localizar a impressora desejada e selecionar *Definir como impressora padrão*.
 - (C) clicar em *Dispositivos de Hardware*. Ao surgirem as impressoras, clicar com o botão esquerdo do *mouse* sobre a impressora desejada e selecionar *Definir como impressora padrão*.
 - (D) clicar em *Adicionar Impressora*. Na janela que se abre, localizar a impressora desejada e selecionar *Definir como impressora padrão*.
 - (E) em *Hardware e Sons*, clicar em *Adicionar Dispositivo*. Ao surgirem as impressoras, clicar com o botão esquerdo do *mouse* sobre a impressora desejada e selecionar *Definir como impressora padrão*.
14. Considere a planilha abaixo editada no Microsoft Excel 2007 em português.

	A	B
1	Percentual gasto com Recursos Humanos por tipo de Justiça	
2	Poder Judiciário	89,50%
3	Tribunais Superiores	83,80%
4	Justiça Eleitoral	84,10%
5	Justiça Militar Estadual	87,80%
6	Justiça Estadual	89,00%
7	Justiça Federal	89,80%
8	Justiça do Trabalho	93,50%
9		
10	Maior percentual	93,50%
11	Menor percentual	83,80%
12	Média dos percentuais	88,21%

(Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoaes/pj-justica-em-numeros>)

Para a apresentação dos valores das células B10, B11 e B12 foram digitadas, correta e respectivamente, as fórmulas:

- (A) =MAIOR (B2 : B8) =MENOR (B2 : B8) =MÉDIA (B2 : B8)
 - (B) =MAIOR (B2 : B8 ; 1) =MENOR (B2 : B8 ; 1) =MÉDIA (B2 : B8)
 - (C) =MAIOR (B2 : B8 ; 0) =MENOR (B2 : B8 ; 0) =MED (B2 : B8 ; 7)
 - (D) =MAIORVAL (B2 : B8) =MENORVAL (B2 : B8) =MÉDIAVAL (B2 : B8)
 - (E) =MÁXIMO (B2 : B8 ; 1) =MÍNIMO (B2 : B8 ; 1) =MED (B2 : B8)
15. *Smartphones, tablets, ultrabooks* etc impulsionaram o uso de redes móveis e o conceito de BYOD – *Bring Your Own Device* no meio corporativo. Neste cenário, é correto afirmar que
- (A) com a disponibilidade de tecnologias VPN (rede pública construída sobre uma rede privada) para dispositivos móveis, o meio corporativo passou a aceitar que acessar ferramentas de trabalho pelo dispositivo mais confortável para o funcionário pode trazer aumento de produtividade.
 - (B) ao invés do *client-server* passa-se a ter *client-cloud* – o cliente utiliza as funcionalidades nativas dos sistemas operacionais para *desktop* como iOS e Android com esquemas de segurança e criptografia, integrando outras ferramentas nativas dos dispositivos.
 - (C) novos *apps* estão explorando o uso da câmera e do GPS e para isso há um componente importante na arquitetura das novas aplicações corporativas: o *Firmware*, que é uma camada de *software* entre a aplicação e o sistema operacional, que facilita o seu desenvolvimento.
 - (D) utilizar *apps* que permitem o trabalho *offline* e, quando a rede fica disponível, promovem a sincronização dos dados com a nuvem, é uma característica que as aplicações corporativas podem ter para evitar paradas no trabalho caso a rede não esteja disponível.
 - (E) aplicativos como *digital wallets* (carteiras digitais) permitem compras seguras através do dispositivo móvel e todos os bancos já oferecem um *app* para celulares que utiliza o *bluetooth* para ler o *QR Code* (código de barras) e pagar uma conta.

**Raciocínio Lógico-Matemático**

16. Uma situação judicial exige que o valor de R\$ 810.000,00 seja repartido em três partes de forma que a segunda seja igual ao dobro da primeira e a terça parte da terceira. Feita a repartição dessa maneira, a diferença entre a maior e a menor das três partes foi, em reais, de
- (A) 480.000,00.
 - (B) 420.000,00.
 - (C) 460.000,00.
 - (D) 380.000,00.
 - (E) 450.000,00.

17. Do ponto de vista da lógica, a proposição “se tem OAB, então é advogado” é equivalente à
- (A) tem OAB ou é advogado.
 - (B) se não tem OAB, então não é advogado.
 - (C) se não é advogado, então não tem OAB.
 - (D) é advogado e não tem OAB.
 - (E) se é advogado, então tem OAB.

18. Marina, Kátia, Carolina e Joana se sentam em uma mesa hexagonal (seis assentos), conforme indica a figura abaixo.



Sabe-se que Carolina se senta imediatamente à direita de Marina e em frente à Kátia; e que Joana não se senta em frente a um lugar vazio. Dessa forma, é correto afirmar que, necessariamente,

- (A) Kátia se senta imediatamente ao lado de dois lugares vazios.
 - (B) Joana se senta imediatamente ao lado de Kátia.
 - (C) Marina se senta em frente à Kátia.
 - (D) Carolina se senta imediatamente ao lado de dois lugares vazios.
 - (E) Carolina está tão distante de Kátia na mesa quanto está de Marina.
19. Uma entidade assistencial pretende montar kits com vestimentas de inverno para distribuir em creches da cidade. Para a montagem dos kits, a entidade dispõe de 60 cobertores idênticos, 72 casacos idênticos e 108 calças idênticas. Se todos os kits são iguais e se todas as 240 vestimentas são utilizadas nos kits, o número máximo de kits que a entidade conseguirá montar é igual a
- (A) 24.
 - (B) 180.
 - (C) 60.
 - (D) 12.
 - (E) 6.
20. Um comerciante resolveu incrementar as vendas em sua loja e anunciou liquidação de todos os produtos com desconto de 30% sobre o preço das etiquetas. Ocorre que, no dia anterior à liquidação, o comerciante havia remarcado os preços das etiquetas para cima de forma que o desconto verdadeiro, durante a liquidação, fosse de 16% sobre o preço anterior ao aumento com a remarcação. Sendo assim, o aumento do preço feito na remarcação das etiquetas no dia anterior à liquidação foi de
- (A) 24%.
 - (B) 20%.
 - (C) 21%.
 - (D) 32%.
 - (E) 34%.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

21. Considere:

- I. Governador do Estado de Sergipe.
- II. Confederação Sidical "XXX".
- III. Procurador-Geral da República.
- IV. Mesa da Câmara dos Deputados.
- V. Prefeito da cidade de Lagarto.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, possuem legitimidade ativa para propor ação declaratória de constitucionalidade, dentre outros, os indicados APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) I, III, IV e V.
- (D) III, IV e V.
- (E) I, III e IV.

22. Considere a seguinte situação hipotética: Joana, Carla e Fabiana, são moradoras do Bairro X da cidade de Aracajú. No referido bairro, infelizmente, está aumentando os casos de trabalho infantil. Assim, as três mulheres pretendem criar uma associação dos moradores do Bairro X visando à proteção da criança e do adolescente, fomentando atividades de estudo e lazer, bem como para proporcionar acompanhamento escolar rígido pela associação. De acordo com a Constituição Federal a criação de associações

- (A) independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
- (B) depende de autorização específica do Governo do Estado de Sergipe, sendo vedada, no entanto, a interferência estatal em seu funcionamento.
- (C) depende de autorização do Governo Federal, sendo vedada, no entanto, a interferência estatal em seu funcionamento.
- (D) independem de autorização, sendo, no entanto, obrigatória a fiscalização do Governo do Estado de Sergipe em seu funcionamento, devendo a Associação emitir relatório anual de suas atividades com projeção específica para o ano seguinte.
- (E) independem de autorização, sendo, no entanto, obrigatória a fiscalização do Governo Federal em seu funcionamento, devendo a Associação emitir relatório anual de suas atividades com projeção específica para o ano seguinte.

23. Danúbia pretende se candidatar à vaga de trabalho exercido em turno ininterrupto de revezamento na empresa Y. Com dúvidas a respeito da jornada de trabalho, consultou a Constituição Federal de 1988. Neste caso, Danúbia

- (A) encontrou dispositivo constitucional, dentre os Direitos Sociais, prevendo jornada de oito horas para trabalho realizado em turno ininterrupto de revezamento, sendo vedada a negociação coletiva nesta hipótese.
- (B) não encontrou dispositivo constitucional, uma vez que o referido trabalho não possui jornada regulamentada na Constituição Federal, estando somente disciplinada na Consolidação das Leis do Trabalho.
- (C) não encontrou dispositivo constitucional, uma vez que o referido trabalho não possui jornada regulamentada na Constituição Federal de 1988, estando somente disciplinada na Consolidação das Leis do Trabalho e em lei específica.
- (D) encontrou dispositivo constitucional, dentre os Direitos Sociais, prevendo jornada de sete horas para trabalho realizado em turno ininterrupto de revezamento, sendo vedada a negociação coletiva nesta hipótese.
- (E) encontrou dispositivo constitucional, dentre os Direitos Sociais, prevendo jornada de seis horas para trabalho realizado em turno ininterrupto de revezamento, salvo negociação coletiva.

24. Considere as seguintes situações hipotéticas: Nádia é Ministra do Tribunal Superior do Trabalho; Linda é Presidente da Câmara dos Deputados; Giseli é Ministra do Supremo Tribunal Federal e Rafael é Ministro do Trabalho e Emprego. Segundo as normas preconizadas pela Constituição Federal de 1988, são cargos privativos de brasileiros natos os ocupados APENAS por

- (A) Nádia e Linda.
- (B) Nádia, Linda e Giseli.
- (C) Linda e Giseli.
- (D) Giseli e Rafael.
- (E) Nádia, Giseli e Rafael.



25. Legislar sobre Direito do Trabalho; assistência jurídica e defensoria pública; e procedimentos em matéria processual, compete,
- (A) privativamente à União.
 - (B) privativamente à União; concorrentemente à União, aos Estados e ao Distrito Federal e concorrentemente à União, aos Estados e ao Distrito Federal, respectivamente.
 - (C) concorrentemente à União, aos Estados e ao Distrito Federal.
 - (D) privativamente à União; privativamente à União e concorrentemente à União, aos Estados e ao Distrito Federal, respectivamente.
 - (E) concorrentemente à União, aos Estados e ao Distrito Federal, concorrentemente à União, aos Estados e ao Distrito Federal e privativamente à União; respectivamente.
-
26. O Presidente da República poderá delegar, dentre outras, a seguinte atribuição:
- (A) nomear o Advogado-Geral da União.
 - (B) nomear e exonerar os Ministros de Estado.
 - (C) vetar projetos de lei parcialmente.
 - (D) celebrar tratados e convenções sujeitos a referendo do Congresso Nacional.
 - (E) prover os cargos públicos federais, na forma da lei.
-
27. Considere a seguinte situação hipotética: Sócrates é desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região; Demóstenes é Ministro do Tribunal Superior do Trabalho e Euclides é Procurador Geral da República. De acordo com a Constituição Federal de 1988, com relação à prática de infração penal comum, o Supremo Tribunal Federal será competente para processar e julgar, originariamente,
- (A) Demóstenes e Euclides, apenas.
 - (B) Sócrates, Demóstenes e Euclides.
 - (C) Demóstenes, apenas.
 - (D) Euclides, apenas.
 - (E) Sócrates e Demóstenes, apenas.
-
28. No tocante aos Tribunais Regionais do Trabalho, a Constituição Federal de 1988 prevê que são compostos
- (A) de, no máximo, onze juízes, recrutados, obrigatoriamente na respectiva região.
 - (B) de, no mínimo, nove juízes, recrutados, obrigatoriamente na respectiva região.
 - (C) de, no mínimo, sete juízes, recrutados, quando possível na respectiva região.
 - (D) por brasileiros com mais de trinta e cinco anos de idade.
 - (E) por juízes nomeados pelo Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.
-
29. Considere a seguinte situação hipotética: Glaucia tem 62 anos de idade e é Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região, sendo magistrada de carreira no referido Tribunal. Neste caso, de acordo com a Constituição Federal de 1988, Glaucia
- (A) não poderá compor o Tribunal Superior do Trabalho porque possui mais que sessenta anos de idade, ultrapassando a idade limite prevista na Carta Magna.
 - (B) poderá compor o Tribunal Superior do Trabalho, se for indicada pelo próprio Tribunal Superior e sua indicação for aprovada por maioria absoluta da Câmara dos Deputados.
 - (C) poderá compor o Tribunal Superior do Trabalho, se for indicada pelo Supremo Tribunal Federal e sua indicação for aprovada por maioria absoluta do Senado Federal.
 - (D) poderá compor o Tribunal Superior do Trabalho, se for indicada pelo próprio Tribunal Superior e sua indicação for aprovada por maioria absoluta do Senado Federal.
 - (E) poderá compor o Tribunal Superior do Trabalho, se for indicada pelo Supremo Tribunal Federal e sua indicação for aprovada por maioria absoluta da Câmara dos Deputados.
-
30. O Conselho Nacional de Justiça
- (A) não possui em sua composição Desembargador de Tribunal de Justiça.
 - (B) é composto, dentre outros membros, por dois ministros do Tribunal Superior do Trabalho.
 - (C) não possui em sua composição juiz de Tribunal Regional Federal.
 - (D) é composto, dentre outros membros, por dois advogados.
 - (E) compõe-se de treze membros com mandato de dois anos.



31. De acordo com a Constituição Federal, "a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da Administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder", sendo que "o controle externo, o cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União". Com relação ao tema, considere:
- I. As decisões do Tribunal de Contas da União de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.
 - II. O Tribunal de Contas da União encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.
 - III. No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pelo Senado Federal, que solicitará, de imediato, ao Congresso Nacional as medidas cabíveis.
 - IV. O Tribunal de Contas da União apreciará as contas prestadas pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em cento e vinte dias a contar de seu recebimento.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) II, III e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) I, II e IV.

32. Considere as seguintes hipóteses:

- I. Empregado de sociedade controlada indiretamente pelo poder público.
- II. Empregado de sociedade controlada diretamente pelo poder público.
- III. Empregado de sociedade de economia mista.
- IV. Servidor público de autarquia municipal.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, é vedada, em regra, a acumulação remunerada de cargos públicos. Esta proibição de acumular estende-se as hipóteses indicadas em

- (A) II e IV, apenas.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) I, e II, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

Direito Administrativo

33. Claudio, servidor público do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região, foi procurado pelo particular Saulo que solicitou ao servidor um tratamento diferenciado ao seu processo em curso perante o Tribunal. Claudio acolheu a solicitação e posicionou o processo de Saulo na frente dos demais, possibilitando uma imediata apreciação do Tribunal, sem qualquer justificativa legal para tanto. Em troca, recebeu de Saulo uma vultosa quantia em dinheiro. Em razão do ocorrido, Claudio foi processado e condenado administrativamente pelo Tribunal, sendo-lhe aplicada a pena de demissão por improbidade administrativa. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, a mencionada pena de demissão
- (A) incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público federal, pelo prazo de 5 anos.
 - (B) impossibilita Claudio de retornar ao serviço público federal.
 - (C) não está sujeita a qualquer prazo prescricional, haja vista a gravidade da conduta.
 - (D) é infundada, pois apenas o Judiciário pode decretar a demissão de servidor em razão do cometimento de improbidade administrativa.
 - (E) incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público federal, pelo prazo de 8 anos.
34. Fernando, Diretor de uma autarquia federal, deixou de promover concurso público para a contratação de servidores, fundamentando a contratação direta de dois servidores em uma situação emergencial, que, posteriormente, descobriu-se inexistir. Embora a conduta de Fernando não tenha causado prejuízo ao erário, o Ministério Público Federal ajuizou ação de improbidade administrativa contra Fernando, pleiteando sua condenação por ato ímprobo que atenta contra os princípios da Administração pública. Nos termos da Lei nº 8.429/1992, a imputação feita pelo Ministério Público quanto à conduta praticada por Fernando
- (A) não está correta, tendo em vista a ilegitimidade de Fernando para figurar no pólo passivo ação de improbidade.
 - (B) não está correta, pois há previsão específica de tal conduta como caracterizadora de outra modalidade de ato ímprobo.
 - (C) está correta, restando caracterizado o ato ímprobo narrado no enunciado, tanto se a conduta for dolosa quanto culposa.
 - (D) está correta, desde que comprovada a existência de dolo.
 - (E) não está correta, pois para caracterizar o ato ímprobo descrito pelo Ministério Público, exige-se prejuízo ao erário.



35. Em determinado processo administrativo, de âmbito federal, a parte interessada, Ana Lúcia, possui domicílio incerto e, por falha na tramitação do processo, deixou de ser intimada. No entanto, posteriormente, Ana Lúcia compareceu espontaneamente ao processo. Nos termos da Lei nº 9.784/1999,
- (A) o comparecimento de Ana Lúcia não supre a falta de intimação, mas é garantido o direito de ampla defesa à Ana Lucia.
 - (B) a ausência de intimação importa nulidade insanável, razão pela qual o processo deverá ser extinto.
 - (C) o comparecimento de Ana Lúcia supre a falta de intimação.
 - (D) o desatendimento da intimação importa o reconhecimento da verdade dos fatos.
 - (E) a intimação deveria ter sido efetuada por telegrama, por ser a forma adequada de intimação nas situações de domicílio incerto.

36. Considere as duas situações distintas abaixo.

- I. A Administração Pública convocou empresa vencedora de licitação para assinar o respectivo termo de contrato no prazo de trinta dias. No vigésimo dia do prazo assinalado pela Administração, a empresa pleiteou a prorrogação do prazo de assinatura do termo de contrato, apresentando motivo justificado para tanto.
- II. Outra empresa vencedora de outra licitação também foi convocada para assinar o termo de contrato em trinta dias e, no trigésimo primeiro dia, pleiteou a prorrogação do prazo de assinatura do termo de contrato, apresentando motivo justificado para tanto.

Com relação à formalização dos contratos,

- (A) a prorrogação é possível apenas na situação I.
- (B) ambas as situações admitem prorrogação.
- (C) nenhuma das situações admite prorrogação, decaindo o direito às contratações, além de outras sanções previstas na legislação pertinente.
- (D) a prorrogação é possível apenas na situação II.
- (E) nenhuma das situações admite prorrogação, decaindo o direito às contratações; no entanto, não incidirão quaisquer sanções às empresas envolvidas, haja vista a apresentação de motivo justificado em ambos os casos.

37. Em determinado procedimento licitatório, na modalidade concorrência, ultrapassada a fase de habilitação, foram abertas as propostas das cinco empresas habilitadas, a fim de se proceder ao julgamento de tais propostas. Nesse momento, a Comissão de Licitação desclassificou uma das empresas licitantes por motivo relacionado à habilitação. Nos termos da Lei nº 8.666/1993, a desclassificação narrada

- (A) não é possível, em qualquer hipótese, tendo em vista a preclusão administrativa, fundamental para dar segurança jurídica às relações de direito público.
- (B) é sempre possível, tendo em vista a soberania administrativa e o interesse público envolvido, seguindo a licitação o seu trâmite normal.
- (C) só é possível em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.
- (D) só é possível em razão de fatos supervenientes, única hipótese legal que autoriza a desclassificação tal como narrada no enunciado.
- (E) é sempre possível, porém a licitação deverá ser anulada, procedendo-se a novo certame em observância aos princípios da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório.

38. Considere:

- I. No inquérito administrativo, o princípio do contraditório é mitigado, justamente para que se possam cumprir as exigências e análises pertinentes a esta fase processual.
- II. Na hipótese de o relatório da sindicância concluir que a infração está capitulada como ilícito penal, a autoridade competente encaminhará cópia dos autos ao Ministério Público, devendo, obrigatoriamente, suspender a instauração do processo disciplinar até que se decida o feito no âmbito criminal.
- III. Durante o inquérito, havendo mais de um acusado, eles serão ouvidos conjuntamente, de modo a garantir a observância da economia processual e evitar dúvidas ou contradições que possam surgir em decorrência dos depoimentos.
- IV. Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal. A revelia será declarada, por termo, nos autos do processo e devolverá o prazo para a defesa.

No que concerne ao processo disciplinar, especialmente à fase do inquérito, de acordo com a Lei nº 8.112/1990, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) II e III.
- (C) I e II.
- (D) I e IV.
- (E) IV.

39. Rodrigo, servidor público federal, ao praticar um ato administrativo, não observou determinada exigência legal. Isto porque a edição do ato dependia de manifestação de vontade do administrado Nelson e tal exigência não foi observada. No caso narrado, a convalidação do ato administrativo

- (A) não é possível.
- (B) pode ser feita por Nelson, que emitirá sua manifestação de vontade posteriormente, convalidando o ato.
- (C) é possível, se feita exclusivamente por Rodrigo.
- (D) pode ser feita tanto pelo administrado Nelson quanto por Rodrigo, no entanto, apenas na segunda hipótese dar-se-á com efeitos retroativos à data em que o ato foi praticado.
- (E) é possível, desde que feita, exclusivamente, pelo superior hierárquico de Rodrigo e ocorra com efeitos *ex nunc*.



40. Considere as seguintes hipóteses: Em um pregão, uma das empresas interessadas em participar do certame, ao solicitar cópia do edital, foi obrigada a pagar pelo custo da cópia, acrescida de uma taxa de R\$ 100,00 denominada "taxa de participação", cobrada daqueles que desejavam participar do certame. Em outro pregão, a empresa interessada em participar do certame, solicitou cópia do edital, cujo valor totalizava R\$ 30,00 reais, mas foi cobrada em R\$ 40,00, sob o fundamento de que a Comissão de Licitação poderia acrescentar um valor adicional ao custo das cópias, em razão de despesas havidas com mão de obra. No tocante especificamente aos fatos narrados e nos termos da Lei nº 10.520/2002,
- (A) apenas a primeira situação narrada está correta, haja vista a discricionariedade administrativa na condução do certame, em prol do interesse público.
- (B) ambas as situações estão incorretas, pois no pregão é vedada a cobrança de quaisquer taxas e emolumentos.
- (C) apenas a segunda situação narrada está correta.
- (D) ambas as situações estão incorretas, pois só é possível a cobrança pelo custo da reprodução gráfica do edital.
- (E) ambas as situações estão corretas, sendo legítimas as cobranças narradas.
-
41. Júlia é servidora pública federal há cinco anos, no entanto, nos últimos três anos, Júlia esteve em licença para tratar de interesses particulares, tendo retornado ao serviço há um mês. Júlia pretende obter licença para participar de curso de capacitação profissional. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, neste momento, Júlia
- (A) não tem direito, pois, apenas, a cada triênio de efetivo exercício é que fará jus à licença, licença esta que independe do interesse da Administração.
- (B) tem direito à licença, que se dará no interesse da Administração e desde que preenchidos os demais requisitos legais.
- (C) tem direito à licença, independentemente do interesse da Administração, ressaltando-se que, no período da licença, ficará sem remuneração.
- (D) não tem direito à licença, pois, apenas, a cada quinquênio de efetivo exercício é que fará jus à licença, licença esta que depende do interesse da Administração.
- (E) tem direito à licença, que independe do interesse da Administração, podendo gozar do afastamento pelo período máximo de dois meses.
-
42. Considere as seguintes assertivas concernentes ao poder regulamentar:
- I. O regulamento de execução é hierarquicamente subordinado a uma lei prévia, além de ser ato de competência privativa do Chefe do Poder Executivo.
- II. O poder regulamentar da Administração pública, também denominado de poder normativo, não abrange, exclusivamente, os regulamentos; ele também se expressa por outros atos, tais como por meio de instruções, dentre outros.
- III. Os atos pelos quais a Administração pública exerce o seu poder regulamentar, assim como a lei, também emanam atos com efeitos gerais e abstratos.
- IV. O ato normativo, em hipóteses excepcionais, poderá criar direitos não previstos em lei, sem implicar em ofensa ao princípio da legalidade.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I e IV, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) I, II e III, apenas.
-
43. Em importante julgamento proferido pelo Supremo Tribunal Federal, considerou a Suprema Corte, em síntese, que no julgamento de *impeachment* do Presidente da República, todas as votações devem ser abertas, de modo a permitir maior transparência, controle dos representantes e legitimação do processo. Trata-se, especificamente, de observância ao princípio da
- (A) publicidade.
- (B) proporcionalidade restrita.
- (C) supremacia do interesse privado.
- (D) presunção de legitimidade.
- (E) motivação.
-
44. Marcos, servidor público federal, praticou ato administrativo com vício de forma, não observando formalidade indispensável à existência do ato. O servidor, ao constatar o vício, revogou o ato administrativo e proferiu novo ato observando a formalidade exigida por lei. No caso narrado,
- (A) é possível a revogação, desde que se dê com efeitos *ex tunc*.
- (B) não é possível a revogação, haja vista a ilegalidade do ato praticado.
- (C) é possível a revogação, desde que se dê com efeitos *ex nunc*.
- (D) Marcos deveria ter se utilizado do instituto da convalidação, sempre possível para ato com vício de forma.
- (E) Marcos deveria ter se utilizado do instituto da anulação, com efeitos *ex nunc*.

**Noções de Administração Pública**

45. O termo “motivação” possui origem no Latim (*movere*) e designa a condição que influencia a direção do comportamento humano. O estudo da motivação busca compreender porque, em determinadas situações, os indivíduos escolhem, iniciam e mantêm determinadas ações. Nesse contexto, surgiram diversas Teorias Motivacionais que, conforme a abordagem adotada, podem ser classificadas de diferentes formas. As Teorias que possuem natureza descritiva e procuram explicar quais fatores, internos ou do ambiente, motivam as pessoas, são as denominadas Teorias
- (A) de conteúdo.
 - (B) de processo.
 - (C) bifatoriais.
 - (D) multifatoriais.
 - (E) comportamentais.
-
46. Os primeiros estudos sobre liderança enfocam, precipuamente, os traços de personalidade do líder, que o diferenciariam dos não líderes. Nesse sentido, a liderança era considerada algo nato. Tal abordagem, contudo, mostrou-se incompleta para explicar todos os aspectos que envolvem a liderança, notadamente para distinguir os líderes eficazes dos não eficazes. Para suprir tais lacunas, surgiram as denominadas teorias
- (A) cognitivas, que consideram que a liderança pode ser aprendida, independentemente de quaisquer características específicas do indivíduo.
 - (B) comportamentais, que extrapolam os traços de personalidade natos do líder, buscando atingir habilidades que podem ser desenvolvidas a partir de treinamentos.
 - (C) situacionais, que apontam que o comportamento do líder considera, também, as contingências e situações apresentadas pelo ambiente de trabalho.
 - (D) estruturalistas, que apregoam que a liderança é um fator externo ao indivíduo, decorrente da estrutura de poder da organização.
 - (E) institucionais, que consideram, simultaneamente, os traços individuais, passíveis de aprimoramento, e as características exógenas, decorrentes da posição ocupada na instituição.
-
47. Considere a situação hipotética descrita a seguir: o gestor de um projeto prioritário desenvolvido pela área de modernização do Tribunal se defronta com redução do orçamento original e precisa definir quais ações serão descontinuadas. Entre os possíveis modelos preconizados pela literatura para o processo decisório, o gestor em questão poderá adotar uma decisão consultiva, o que significa que a mesma deverá
- (A) refletir o consenso de todos os envolvidos.
 - (B) ser tomada mediante a submissão do problema à autoridade superior.
 - (C) expressar, necessariamente, a opinião da maioria dos envolvidos.
 - (D) ser tomada por um especialista externo ao grupo envolvido.
 - (E) ser tomada pelo próprio gestor, que considerará as opiniões apresentadas pelos envolvidos.
-
48. Cada organização, pública ou privada, possui um conjunto de elementos e aspectos capazes de orientar e influenciar o comportamento de seus componentes e a forma como se integram e relacionam com a organização. Nesse sentido, tem-se que
- (A) a cultura organizacional corresponde aos elementos internos na organização e o clima aos elementos exógenos, não passíveis de modificação.
 - (B) os valores preconizados pela organização constituem a camada mais visível da cultura organizacional, possuindo caráter descritivo.
 - (C) clima e cultura organizacional são conceitos coincidentes, apenas diferindo quanto ao observador, dado que a cultura somente é perceptível pelos próprios integrantes da organização.
 - (D) o conjunto de percepções experimentadas pelos membros da organização, relativas à qualidade do ambiente, diz respeito ao clima organizacional.
 - (E) os pressupostos básicos da cultura organizacional correspondem aos valores perseguidos pela organização, enquanto o clima organizacional se insere nos denominados artefatos observáveis.
-
49. Os métodos de avaliação de desempenho ordinariamente aplicados podem se basear em metodologias que levam em conta medidas subjetivas, baseadas na percepção do avaliador sobre aspectos do avaliado, ou, em medidas objetivas, com foco na mensuração do desempenho propriamente dito. Constituem exemplos de metodologias que representam essas duas diferentes perspectivas, respectivamente,
- (A) Avaliação 3D e Lista de Verificação.
 - (B) Escala Gráfica e Avaliação 360°.
 - (C) Comparação de Pares e Pesquisa de Campo.
 - (D) Incidentes Críticos e Escolha Forçada.
 - (E) Lista de Verificação e Escala Gráfica.



50. Existem diferentes classificações preconizadas por instituições e publicações especializadas no que diz respeito ao grau de maturidade no gerenciamento de processos verificado em uma organização. Nessa linha, costumam ser apontados diferentes níveis de maturidade, refletindo o estágio em que se encontra a organização e objetivando a evolução de acordo com a aplicação das melhores práticas de gestão de processos. Uma dessas classificações é apresentada pela *SDPS – Society for Design and Process Science*, de acordo com a qual, o Nível 1 de maturidade corresponde aos denominados processos
- (A) simulados.
 - (B) modelados.
 - (C) padronizados.
 - (D) otimizados.
 - (E) emulados.
-
51. Objetivando uma significativa mudança em sua forma de atuação tradicional, determinada organização pública decidiu instituir um modelo de gestão estratégica utilizando, como suporte metodológico, o *Balanced Scorecard – BSC*. Logo na primeira etapa de aplicação, referida organização foi instada a identificar, olhando para o futuro, como pretende ser reconhecida por colaboradores, clientes, fornecedores e pela própria sociedade. De acordo com a visão do BSC, esse aspecto da organização a ser identificado corresponde
- (A) à missão.
 - (B) a valores.
 - (C) à visão.
 - (D) ao mapa estratégico.
 - (E) à análise externa.
-
52. O denominado Ciclo PDCA pode ser entendido como uma técnica para controle de processos que objetiva a melhoria contínua, evitando erros lógicos, a partir das seguintes etapas sequenciais:
- (A) pontos críticos; definição de ações corretivas; controle/monitoramento e adequação.
 - (B) prescrição; diagnóstico; controle de qualidade e avaliação.
 - (C) execução; conferência; detecção de falhas e adequação.
 - (D) previsão de custos; definição de metas; controle de resultados e avaliação.
 - (E) planejamento; execução; controle/verificação e ação avaliativa/corretiva.
-
53. De acordo com as disposições constitucionais e legais que regulam a matéria, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO
- (A) deve ser aprovada conjuntamente com a Lei Orçamentária Anual, complementando-a, no que diz respeito à execução, no decorrer do exercício financeiro em curso.
 - (B) compõe o Plano Plurianual, contendo os principais programas e ações que extrapolam o exercício financeiro subsequente.
 - (C) constitui a peça subsequente à Lei Orçamentária Anual, disciplinando a abertura de créditos suplementares e, quando necessário, o contingenciamento de despesas.
 - (D) precede e orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual, estabelecendo, entre outros temas, metas e prioridades para o exercício financeiro subsequente.
 - (E) substitui a Lei Orçamentária Anual no último ano de mandato do Chefe do Executivo, não podendo contemplar restos a pagar não processados.
-
54. O modelo de excelência nos serviços públicos está alicerçado no binômio: princípios constitucionais da Administração pública e fundamentos próprios da gestão contemporânea. O modelo preconizado pela Fundação Nacional de Qualidade – FNQ, expressa o “estado da arte” da gestão contemporânea e fomenta as boas práticas de gestão, objetivando o aumento da eficiência, eficácia e efetividade dos serviços prestados pelo setor público. Nessa linha, propõe alguns critérios de excelência, com escopo, de
- (A) identificar o grau de maturidade da gestão da organização.
 - (B) fixar metas e indicadores para fins de premiação.
 - (C) celebrar um contrato de gestão para aprimoramento organizacional.
 - (D) emitir certificação internacional de qualidade.
 - (E) definir a posição ocupada pela organização no *ranking* nacional.
-
55. No âmbito corporativo são utilizadas diferentes abordagens de Desenvolvimento Organizacional, com o objetivo de realizar intervenções na organização especialmente para implementar mudanças e inovações. Nesse contexto, cita-se a análise transaccional, cujo escopo é
- (A) o autodiagnóstico das relações interpessoais.
 - (B) o diagnóstico do ambiente externo.
 - (C) a identificação de desafios e oportunidades.
 - (D) o mapeamento dos principais empecilhos à mudança.
 - (E) a interação entre chefia e subordinados.



56. A gestão por competências é uma metodologia que toma por base inicial o mapeamento das competências técnicas e comportamentais necessárias para as atividades que o cargo executa. A partir daí, são identificadas quais as competências disponíveis na organização e quais aquelas que precisam ser desenvolvidas ou captadas no mercado. Entre os instrumentos utilizados em tal mapeamento se inclui(em):
- (A) as reuniões de confrontação.
 - (B) os treinamentos de sensibilidade.
 - (C) os grupos focais.
 - (D) a retroação de dados.
 - (E) a análise sistêmica.
-
57. De acordo com o disposto na Resolução nº 49, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, os núcleos de estatística e gestão estratégica dos Tribunais
- (A) não possuem caráter permanente, devendo ser constituídos, mediante grupos de trabalho, ao menos uma vez por ano.
 - (B) devem enviar dados ao CNJ, quando solicitados, a fim de instruir ações de política judiciária nacional.
 - (C) são compostos por servidores integrantes do CNJ, de reconhecido conhecimento na matéria.
 - (D) subordinam-se, funcionalmente, à Presidência e, hierarquicamente, ao Corregedor do Tribunal.
 - (E) devem apresentar, no final de cada exercício, as metas estratégicas para o ano subsequente.

Noções sobre Direitos das Pessoas com Deficiência

58. Analise as assertivas abaixo.
- I. mobiliário de recepção e atendimento obrigatoriamente adaptado à altura e à condição física de pessoas em cadeira de rodas, conforme estabelecido nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT.
 - II. serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, prestado por intérpretes ou pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e no trato com aquelas que não se comuniquem em LIBRAS, e para pessoas surdocegas, prestado por guias-intérpretes ou pessoas capacitadas neste tipo de atendimento.
 - III. informações em braile em todas as placas e sinais de identificação nas áreas de atendimento ao público.
 - IV. admissão de entrada e permanência de cão-guia ou cão-guia de acompanhamento junto de pessoa com deficiência ou de treinador nos locais dispostos no caput do art. 5º, bem como nas demais edificações de uso público e naquelas de uso coletivo, mediante apresentação da carteira de vacina atualizada do animal.

Estão previstas, expressamente no Decreto nº 5.294/2004, como medidas de tratamento diferenciado para pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida, o que consta em

- (A) I, II e III, apenas.
 - (B) I, II, III e IV.
 - (C) I, II e IV, apenas.
 - (D) II, III e IV, apenas.
 - (E) I, III e IV, apenas.
-
59. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 prevê expressamente
- (A) a competência exclusiva do Município de cuidar da proteção e garantia das pessoas com deficiência.
 - (B) a reserva de, no mínimo, 5% das vagas de concursos públicos para pessoas com deficiência.
 - (C) a garantia de um salário mínimo de benefício a todas as pessoas com deficiência.
 - (D) a possibilidade de discriminação no tocante a salários e critérios de admissão de trabalhador com deficiência.
 - (E) que a lei deverá reservar percentual de cargos e empregos públicos para as pessoas com deficiência.
-
60. Em uma repartição pública, existem diversas pessoas aguardando por atendimento, dentre as quais se encontram as seguintes pessoas: uma pessoa com deficiência física (cadeirante), um jovem de 18 anos com o braço imobilizado temporariamente em razão de fratura no dedo indicador, uma pessoa com deficiência mental, um adolescente de 16 anos, uma mulher com 55 anos, uma mulher grávida com 30 anos, uma mulher com criança de colo, uma pessoa com doença grave, um homem obeso de 25 anos, uma mulher que deixou o seu filho de apenas 2 meses em casa e um homem com 60 anos. De acordo com a Lei nº 10.048/2000, têm direito ao atendimento prioritário
- (A) todas as pessoas mencionadas no exemplo acima, com exceção do jovem de 18 anos com o braço imobilizado temporariamente em razão de fratura no dedo indicador e o homem obeso de 25 anos, pois são as únicas que não apresentam as características descritivas que permitem concluir que se encaixam nos critérios de prioridade previstos na referida lei.
 - (B) todas as pessoas mencionadas no exemplo acima, pois as características descritivas de todas elas permitem concluir que se encaixam nos critérios de prioridade previstos na referida lei.
 - (C) apenas a pessoa com deficiência física (cadeirante), a mulher grávida com 30 anos e o homem com 60 anos, pois essas são as únicas pessoas que apresentam as características descritivas que permitem concluir que se encaixam nos critérios de prioridade previstos na referida lei.
 - (D) apenas a pessoa com deficiência física (cadeirante), a pessoa com deficiência mental, a mulher grávida com 30 anos, a mulher com criança de colo, o homem obeso de 25 anos, a mulher que deixou o seu filho de apenas 2 meses em casa e o homem com 60 anos, pois estas são as únicas pessoas que apresentam as características descritivas que permitem concluir que se encaixam nos critérios de prioridade previstos na referida lei.
 - (E) apenas a pessoa com deficiência física (cadeirante), a mulher grávida com 30 anos, a mulher com criança de colo, a pessoa com doença grave e o homem com 60 anos, pois estas são as únicas pessoas que apresentam as características descritivas que permitem concluir que se encaixam nos critérios de prioridade previstos na referida lei.



DISCURSIVA-REDAÇÃO

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado, capítulo 10: 10.3 Na Prova Discursiva-Redação, o candidato deverá desenvolver texto dissertativo a partir de proposta única, sobre assunto de interesse geral. 10.5 Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) não atender aos critérios dispostos nos quesitos 10.3.1 – Conteúdo, 10.3.2 – Estrutura e 10.3.3 – Expressão. c) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; d) for assinada fora do local apropriado; e) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; f) for escrita a lápis, em parte ou em sua totalidade; g) estiver em branco; h) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível. 10.7 Na Prova Discursiva-Redação deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 10.8 A Prova Discursiva-Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta).

Observação: NÃO é necessária e/ou obrigatória a colocação de título na sua Redação.

O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno; só pode ser formulado como direito à vida urbana.

(Adaptado de: LEVEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo, Centauro, 2011)

Entende-se por gentrificação (do inglês gentrification, “tornar nobre”) o fenômeno que afeta uma região ou bairro pela alteração das dinâmicas da composição do local, tais como novos pontos comerciais ou construção de novos edifícios, valorizando a região e afetando a população de baixa renda local. Tal valorização é seguida de um aumento de custos de bens e serviços, dificultando a permanência de antigos moradores de renda insuficiente para sua manutenção no local cuja realidade foi alterada.

(<http://www.pbs.org/pov/flagwars/what-is-gentrification/>)

A partir dos excertos acima, elabore um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema:

Direito à cidade

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	